Acervo ISA

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

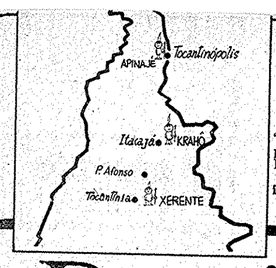
Fonte: Diário da Manhã **Class.:** Semana do Índio

Data: 24 de abril de 1983 **Pg.:** 93

Especial: homenagem ao índio brasileiro Semana do índio 83 - 17 a 24 de abril

DM Cultura Suplemento Literário

Coordenadora: Yêda Schmaltz Ano III nº 878



"Os índios são povos livres que há milhares de anos vivem nessas terras. Não podemos aceitar que outr povo decida os caminhos que devemos trilhar. DIA DO ÍNDIO deveria ser o DIA DE ESCUTAR O ÍNDIO".

índio Kaingang

A questão indígena no Brasil

OS POVOS INDÍGENAS NA SOCIEDADE DE CLASSES BRASILEIRA

Situação demográfica.

Nenhum Censo realizado no Brasil se preocupou em levantar dados sobre a população indígena.

Pela primeira vez, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, para o Censo de 1980, decidiu considerar a população indígena, especialmente aquela sob o controle da Fundação Nacional do Índio — FUNAI.
Mas entre os anos de 1978 e 1979, o Conselho Indigenista Missionário — CIMI — realizou um levantamento demográfico publicado no jornal PORANTIM (nº 11, setembro de 1979), dando conta da existência de uma população de 210.360 índios, espalhados por todo o território brasileiro. Falando cerca de 155 línguas diferentes, esta população indígena pode ser agrupada em quatro categorias distintas, considerando o nível e grau de contato com a sociedade de classes brasileira envolvente:

Márcio Souza e Ribamar Bessa

1 **Grupos isolados** — são aqueles povos que conseguiram escapar do contato com a sociedade envolvente, habitantes de regiões de acesso difícil. São pouco numerosos, vivem plenamente o seu modo de produção, mas representam o elo mais frágil, já que um contato mínimo pode levá-los ao extermínio.

2 **Grupos em contato intermitente** — são aqueles que estabeleceram uma certa distância das frentes de penetração, mantêm contatos, esparsos, não comerciam ou dependem da sociedade envolvente e continuam a proceder segundo o modo de produção tribal.

3 **Grupos em contato permanente** — neste grupo estão representados a grande maioria dos povos indígenas do Brasil. São os grupos que ao longo da história estabeleceram diversas relações com a sociedade envolvente. Estas relações colidiram com o curso autônomo desses povos, romperam o equilíbrio do modo de produção tribal e criaram vigorosos laços de subordinação e dependência em relação à sociedade abrangente. Os povos em contato permanente vivem em constante conflito. Conflito *de sua cultura original* com a cultura da sociedade de classes. Conflito de seu modo de produção sem propriedade privada com o modo de produção capitalista. Conflito por verem o desabamento de seu mundo em troca de sua entrada na escala mais baixa da sociedade envolvente.

4 **Integrados** — é uma categoria discutível, mas representa aqueles povos que tiveram o seu modo de produção inteiramente quebrado e hoje vendem a sua força de trabalho como qualquer camponês ou operário. O fator étnico torna o problema da integração mais dilacerante, pois esses povos vão rapidamente desaparecendo, não por estarem assimilados à sociedade envolvente, mas porque desapareceram literalmente enquanto nação, enquanto cultura e até enquanto criaturas humanas. Na verdade não existe integração, o que há é extermínio, genocídio, assassinato em massa.

SITUAÇÃO JURÍDICA

Existe no Brasil uma instituição federal encarregada de formular e executar a política indigenista do governo. Trata-se da Fundação Nacional do Índio — FUNAI, criada em 05.12.67, depois de um escândalo que envolveu o antigo SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO SPI, acusado de irregularidades administrativas e de colaborar para o extermínio dos índios ao invés de defendê-los.

Do ponto de vista legal, a FUNAI é considerada como "tutor do índio", já que o índio é considerado juridicamente como "relativamente incapaz", isto é, o índio *no Brasil tem a categoria do menor de* idade ou dos débeis mentais. Assim, sob o pretexto de oferecer a proteção do Estado, nega-se aos índios os direitos elementares do cidadão brasileiro.

Como se não bastasse ser considerado pela Lei como menor de idade ou retardado mental, o índio é vítima de seu tutor. A FUNAI não cumpre com a sua finalidade: defender o índio.

Lotada como órgão do Ministério do Interior, a FUNAI está obrigada a submeter-se à política desse Ministério. E o Ministério do Interior é o responsável pelos projetos de "desenvolvimento" e invasão das terras indígenas por grandes empresas nacionais e multinacionais. Numa comparação com a situação dos trabalhadores brasileiros, era como se a política sindical, já tutelada pelo Ministério do Trabalho, passasse para a alçada do Ministério do Planejamento.

O "Estatuto do Índio", criado pela Lei nº 6001 de 1973, mostra claramente as contradições da política indigenista do governo.

A primeira contradição já foi assinalada: a FUNAI é um órgão do Ministério do Interior, como a SUDAM, SUDENE, SUDESUL e outras autarquias encarregadas de elaborar uma política em benefício das empresas, especialmente das grandes empresas nacionais e multinacionais. Desse modo, a FUNAI depende das verbas e das decisões políticas do Ministério do Interior. Justamente do Ministério que tem incentivado a exploração econômica das regiões que incluem territórios indígenas. O absurdo da situação é claro, é como colocar uma raposa para cuidar de um galinheiro. A FUNAI só pode atuar estreitamente colaborando com as grandes empresas interessadas na exploração das riquezas da terra dos índios.

A segunda contradição — e esta é uma verdadeira armadilha contra os povos indígenas —, está no texto do "Estatuto do Índio", nos artigos 2 (v), 17 e 22, que se referem ao artigo 4 e 198 da Constituição brasileira, onde se lê que a propriedade das terras indígenas é do Estado brasileiro, garantindo aos povos indígenas apenas a "possessão permanente das terras em que habitam". A Constituição brasileira reconhece apenas a propriedade privada da terra, não a maneira coletiva pela qual os povos indígenas entendem a posse de um território.

Como se não bastasse, o artigo 20 abre amplas brechas legais para a violação total dos direitos de posse permanente. Os povos indígenas podem ser removidos de seu território, de maneira permanente ou temporária, sob as seguintes condições:

1) por razões de Segurança Nacional (o que entendem por Segurança Nacional os governantes de plantão).

2) para realizar obras de desenvolvimento nacional.

3) para explorar as riquezas do subsolo no interesse da Segurança Nacional e do desenvolvimento nacional.

Uma terceira contradição existe, no que se refere ao usufruto dos bens existentes no território indígena. Enquanto um artigo do "Estatuto do Índio" garante o uso exclusivo das riquezas pelos povos indígenas, outro artigo cria a "renda indígena". A "renda indígena", administrada pela FUNAI, tem o objetivo, pelo menos teórico, de ser destinada em benefício das comunidades indígenas. A verdade é que a "renda indígena" tem servido para golpear o trabalho comunitário, desviando a mão-de-obra dos *tribos de sua produção para o consumo* comunitário e colocando esta produção e a mão-de-obra no mercado capitalista.

A POLITICA INDIGENISTA OFICIAL

A Convenção 107 da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho — OIT — sobre a "Proteção e Integração das Populações Indígenas e outras populações tribais ou semitribais de países independentes", adotada em Genebra, em 27.06.57, garante às comunidades indígenas o direito de propriedade da terra, tanto "coletiva como individual".

Ainda que o Congresso Nacional tenha aprovado esta resolução, em 1965, e o presidente da República tenha promulgado o decreto nº 58.824, de 14.07.66, reconhecendo a matéria, o Estado brasileiro não reconhece como propriedade legal e de direito o regime de "propriedade comunal". Neste sentido, tanto a Constituição, como o "Estatuto do Índio" e o "Estatuto da Terra", legitimam e asseguram apenas o regime de propriedade capitalista.

Atualmente, há uma grande pressão dos povos indígenas, e de seus aliados no campo e na cidade, contra a política indigenista oficial, pelo seu caráter racista e opressor que nega o direito que estes povos devem ter à autodeterminação e à propriedade comunal da terra. Em suas assembléias, as nações indígenas lutam para afirmar seu regime de propriedade comunal frente ao sistema de propriedade privada capitalista.

Devido a essas pressões, a FUNAI resolveu modificar o "Estatuto do Índio", através de duas medidas recentes que longe de resolver o problema, pretendiam acabar com as poucas conquistas desses povos arrasados. Estas medidas eram o "Projeto de Emancipação" e o "Plano de Estadualização", ambas apresentadas como atitudes para proteger os índios Vamos vê-las separadamente:

1. O PROJETO DE EMANCIPAÇÃO

No final de 1978, o governo brasileiro preparava um projeto que era apresentado como se fora "destinado a promover a emancipação dos índios e permitir-lhes o acesso à propriedade da terra". Em 30 de outubro, o então ministro Rangel Reis propunha ao presidente da República mudanças substanciais no texto do "Estatuto do Índio". Mas estas mudanças não queriam modificar os artigos racistas e anti-índio do documento, mas alterar os poucos pontos do Estatuto que representam conquistas dos povos indígenas.

Assim, enquanto o "Estatuto do Índio" (1973) determinava que a "emancipação" — isto é, dar aos índios os mesmos direitos de um cidadão brasileiro —, só podia ser concedida quando solicitada pelos índios; que a idade mínima para ser emancipado era de 21 anos e que o Estado, proprietário das terras indígenas, deveria garantir a posse por parte das comunidades; o "Projeto de Emancipação" permitia que esta se realizasse por iniciativa da FUNAI, conforme o interesse das comunidades indígenas, reduzia a idade de 21para 18 anos, e retirava do Estado, a atribuição de proteger o território indígena, já que as terras seriam divididas entre os índios em parcelas individuais. Eis como o governo entende a propriedade da terra para os índios: que seja propriedade privada.

Dezenas de assembléias indígenas foram realizadas em todo o território brasileiro, protestando contra o projeto. Os líderes indígenas repudiaram o atentado, afirmando que de fato e na prática o projeto destinava-se a "emancipar" as terras dos índios, não os índios, para entregar essas terras às grandes empresas.

Nas cidades, estudantes, trabalhadores do comércio e da indústria, antropólogos, professores, as mais diversas camadas da sociedade brasileira também realizaram atos públicos e comícios contra tal projeto. Também no exterior aconteceram protestos. Frente a tanta pressão, o governo retrocedeu a arquivou o projeto.

2. A ESTADUALIZAÇÃO

Alguns meses atrás, o ex-presidente da FUNAI, coronel Nobre da Veiga, propôs "dividir a responsabilidade da tutela dos índios com os governos estaduais"; isto é, cada Estado da Federação deve resolver os conflitos de terra com os povos indígenas soba sua jurisdição. Esta medida vem sendo combatida, pois na prática significa entregar os povos indígenas nas mãos dos capitalistas das províncias que sempre se mostraram vorazes em relação às riquezas das nações indígenas, já que os governos estaduais não se estabelecem autonomamente frente às classes dominantes locais. Os povos indígenas que vivem em território do Estado brasileiro lutam pela autodeterminação, quer dizer, pelo direito de eles mesmos decidirem sobre seu destino, sem interferências autoritárias do governo federal e dos governos estaduais. Do Estado brasileiro querem apenas que respeite este direito à autodeterminação.

INTEGRAÇÃO FORÇADA E EXTERMÍNIO

A situação das nações indígenas, hoje, no Brasil, é de permanente luta para garantir a posse sobre seus territórios tradicionais, que estão sendo invadidos com a expansão do capitalismo. Principais vítimas do "milagre", os povos indígenas conseguem que a luta pela terra é a luta fundamental para garantir sua própria sobrevivência.

Enumerar caso por caso das agressões ao território indígena seria impossível aqui. De qualquer modo, é preciso destacar algumas dos mais recentes. Enumerando os inimigos dos povos indígenas, vamos descobrir que são os mesmos inimigos dos trabalhadores. São inimigos dos povos indígenas, além da FUNAI, é claro, o grande capital financeiro, o latifúndio, as grandes empresas madeireiras, as hidrelétricas, as grandes fazendas agropecuárias, as estradas e as empresas de mineração.

1. OS YANOMAMI

Os Yanomami ocupam tradicionalmente uma extensa região de floresta tropical, na área de fronteira entre o Brasil e a Venezuela. Dispersos em mais de 320 aldeias, eles totalizam uma população de aproximadamente 17.000 pessoas, nos dois países, vivendo em sua grande maioria isolados do contato com a sociedade nacional envolvente.

No Brasil, os Yanomami habitam áreas compreendidas no Território de Roraima e no Estado do Amazonas. A população desses Yanomami no território brasileiro está estimada em 9.000 pessoas.

Em 1974, a Perimetral Norte — BR-210, invadiu a parte sul do território Yanomami, levando com ela uma série de doenças, ocasionando dezenas de mortes. Em 1975, após a publicação das investigações geológicas do Projeto RADAM-BRASIL, aconteceu uma desenfreada corrida para a mineração, em pleno Território de Roraima. O coronel Ramos Pereira, à época, governador do território, declarou:

"Minha opinião é que uma área rica como esta, com ouro, diamante, urânio, não pode se dar ao luxo de conservar meia dezena de tribos indígenas impedindo o desenvolvimento econômico".

Imediatamente, na Serra dos Surucucus — zona de aldeias Yanomami —, abrem-se diversos garimpos de cassiterita. A Companhia Vale do Rio Doce, sociedade de economia mista com participação majoritária do governo, entra na região. Um fato interessante, o ex-presidente da FUNAI, coronel Nobre da Veiga, na época era o chefe do Serviço de Segurança da referida companhia.

Diferentes entidades de apoio à causa indígena já presentaram onze projetos para a criação do PARQUE INDÍGENA YANOMAMI, que foram arquivados pela FUNAI. Nas principais capitais brasileiras foram criados grupos de apoio ao Parque Yanomami. Não faz muito tempo, a FUNAI aparentemente aceitou a proposta do Parque, e veio com um projeto propondo a criação de 21 pequenas áreas pulverizando a terra Yanomami, deixando de fora mais de 65% do território desse povo, e abrindo espaço entre as 21 áreas para a entrada das empresas de mineração. Pelas consequências trágicas que o projeto da FUNAI acarreta aos Yanomami, a imprensa passou a chamar estes espaços de **corredores da morte.** Como se não fosse suficiente a agressão da rodovia e das empresas de mineração, foi criado agora o Distrito Agropecuário de Roraima, com a previsão da entrada de milhares de colonos em terras Yanomami.

A luta pelo PARQUE YANOMAMI, contendo toda terra tradicionalmente habitada pela nação Yanomami, é fundamental para a sobrevivência deste povo que começa a ser dizimado em sua própria casa.

2. OS PARAKANÃ

Mais de 10.000 índios, pertencentes a 16 grupos diferentes: Garotire, Kuben-Kran-Ken, Menkronotire, Kararao, Assurini, Araueté, Waimiri- Atroari, Tuxá, Pankararu, Truká, Kaingang, Guarani, Xokleng, Gaviões e Parakanã, estão com suas terras ameaçadas pela construção de hidrelétricas planejadas pelo governo para gerar 100 milhões de Kwats a serviço das grandes empresas.

O drama da nação Parakanã é representativo quanto às consequências das hidrelétricas para os povos indígenas.

O povo semi-nômade da região entre os rios Tocantins e o Xingu, os Parakanã se mantinham relativamente isolados até o momento em que a Transamazônica desabou sobre eles como o inferno. Mais de 200 índios foram mortos, e em abril de 1979, 95% dos Parakanã do Lontra estavam atacados por uma violenta epidemia de gripe, em consequência dos contatos.

A FUNAI penetrou na área para "proteger os índios", mas em 1971 o médico Antônio Madeiros, visitando a aldeia Parakanã do Lontra, descobre que dois agentes da FUNAI tinham contagiado 35 índios com sífilis. Como consequência, nasceram 8 crianças Parakanã completamente cegas. Além da gripe e da sífilis, muitas outras enfermidades foram introduzidas e provocaram mortes. Os fazendeiros também deram a sua contribuição civilizadora, envenenando dezenas de índios no rio Cajazeiras. Em 1976, mais de uma dezena de índios morreram de malária, e em 1977, seis morreram de poliomielite e outros 16 foram assassinados sumariamente.

A situação é tão grave entre os Parakanã, que representantes da "Aborigene Protection Society", entidade formada por renomados cientistas com sede em Londres, após visitarem a aldeia Parakanã, em 1972, concluíram que este povo estava em acelerado processo de extinção. Agora, com a construção da hidrelétrica de TUCURUÍ, os Parakanã já foram transferidos quatro vezes para áreas diferentes, facilitando a entrada das empresas construtoras.

3. OUTROS POVOS INDÍGENAS

No Maranhão e norte de Goiás, empresas multinacionais, como a SWIFT, MINERAÇÃO BADIN, AGROPECUÁRIA AMÉRICA DO SUL, estão invadindo território indígena. Em janeiro de 1979, os fazendeiros envenenaram um cacho de bananas matando 5 índios Guajá. Açúcar envenenado, roupas contaminadas, produtos químicos desfolhantes e tóxicos, são algumas técnicas para eliminar os povos indígenas, segundo denúncia da regional maranhense do Conselho Indigenista Missionário — CIMI.

Na última assembléia geral do Conselho Indigenista Missionário — CIMI, realizada em julho de 1979, em Goiânia, o bispo paraguaio, dom Alejo Obellar, depois de ouvir as denúncias dos crimes cometidos na região do Estado do Acre, por empresas como a COMPENSA, MANASA, PARANACRE, COLONIZADORA ITAPIRANGA e outras, exclamou:

"Não é possível. Isto é um genocídio".

O grande latifúndio, apoiado por políticos, tanto do partido do governo como "oposicionistas", com a cumplicidade da FUNAI e do próprio Estado, está invadindo e expropriando pela violência as terras indígenas, em conflitos tão ferozes que empalidecem a penetração do Oeste dos Estados Unidos no século passado.

Em Mato Grosso, empresas agropecuárias como TAPIRAGUAIA, S.A., BODOQUENA S.A., XAVANTINA S.A., estão tomando pela violência as terras dos Xavante, Bororó, Iaripapé e Karajá.

Com as grandes empresas invadindo o território indígena, o processo se completa. Antes, chegaram as escolas da FUNAI e do governo, sempre com a de certos missionários retrógrados como os salesianos do alto rio Negro, Amazonas, com o objetivo de romper com as culturas indígenas, demolindo sua resistência espiritual, da mesma forma que a tuberculose arrasou sua resistência física. É uma educação colonizadora arrogante, não se preocupa com o ensino bilíngüe, nem mesmo com algum tipo de adaptação do uso da língua do rombo da escola. As aulas são ministradas em português, num modelo de ensino que é o mesmo das grandes cidades com as mesmas matérias, os mesmos ritos e materiais didáticos. O objetivo dessa escola insultuosa é a destribalização, converter o índio, transformá-lo em brasileiro. Esta escola, onde quer que exista, é uma fábrica macabra de caricaturas de "civilizados", que buscarão a cidade para viverem marginalizados, como mão-de-obra barata do exército de reserva. Apenas na cidade de Manaus, segundo uma recente investigação da Universidade do Amazonas, existem 1 milhão. É a triste situação de destribalizados, sem casa, sem família, sem língua, sem memória, sem nada: mortos vivos.

A mais recente tática da FUNAI procura romper a nascente atitude das lideranças indígenas. Na gestão do coronel Nobre da Veiga, a FUNAI foi invadida por agentes do Serviço Nacional de Informações — SNI, não para espionar os funcionários em seus desmandos, nem mesmo espionar as lideranças indígenas, mas engajados na preparação de uma estratégia que usa os povos indígenas dos movimentos que os apoiam. No Nordeste, estes agentes começaram um trabalho meticuloso jogando os índios contra o pessoal do CIMI, informando erroneamente que o CIMI tinha obrigação de dar assistência material, construir ambulatórios, resolver essas necessidades que a omissão deliberada do poder público nunca soluciona, quando o trabalho do CIMI é bem outro, um trabalho difícil de fazer crescer a consciência do problema indígena junto com os próprios índios, sem paternalismo, sem imediatismo, no respeito à peculiaridade das nações indígenas.

Um outro expediente usado pela FUNAI, é cooptar pela corrupção as lideranças indígenas que vão aparecendo e ainda não conseguiram a maturidade. Vários líderes do Nordeste já receberam propostas em dinheiro, alguns aceitaram, outros recusaram. Na impossibilidade de calar a boca de todos os líderes indígenas a bala, a FUNAI está tentando fazer isto com dinheiro. E para uma autarquia como a FUNAI, onde sempre está reclamando da falta de verbas, é estranha a prodigalidade com que o dinheiro aparece quando é preciso calar um líder tagarela. Mas não é difícil saber de onde vem esse dinheiro providencial. Outro costume recente indica a procedência. Agora, **quando surge um conflito, a FUNAI imediatamente organiza e seleciona** comissão de políticos do PDS, patrões e latifundiários, que age abertamente no Congresso, pela imprensa, na própria área conflitada, defendendo os interesses do capital financeiro contra os povos indígenas. Os poderosos, frente à crescente organização e resistência dos povos indígenas, também estão se organizando.

Nota: Extraído do livro Os índios vão à luta. Editora Marco Zero

MÁRIO JURUNA

Com 41 anos de idade, líder da comunidade indígena de Namukurá, na reserva de São Marcos em Barra do Garças (MT), o cacique xavante Mário Juruna dispensa apresentações. Há mais de seis anos ele apareceu no cenário político nacional tecendo observações sobre o problema indígena e criticando a política oficial do órgão tutor.

"Estou cansado de lutar. Acho que vou parar e ficar numa terrinha, cuidando da família. Estou cansado mesmo, a gente fala, fala, fala, e Funai não resolve nada. Passa um, passa outro, sempre prometendo e nada acontece. A gente vai só morrendo. Xavante antes era muito, tinha muita caça, muita comida, hoje a gente está esprimido, não tem mais para onde correr, tem gente para todo lado. Parece mesmo que a Funai quer que todo índio morra. Mas acho que não se vai morrer assim, sem mais nada, a gente ainda vai brigar muito. Olha, xavante sempre brigou muito, desde os tempos do SPI (Serviço de Proteção aos Índios). Depois vem mais outro para brigar, como os kaingang, lá no Paraná. Mataram o Kretã, mas já tem outros.

EMANCIPAÇÃO

Eu, sei que a Funai quer dar emancipação para nós para se ver livre de nós. Eles pensam que a gente é cachorro, que vai ficar por aí solto. Eu não vou pedir emancipação. Funai tem obrigação de pagar as coisas nossas. Todos brasileiros têm obrigação, porque tomaram tudo que é nosso. Antigamente, no tempo dos avós, toda terra era nossa, aí chegaram os portugueses, levaram tudo, só sobrou um pouquinho para nós. Acho que a Funai quer emancipar para a gente pagar imposto. Parece que só presta quem paga imposto. Índio não pode pagar imposto, pode ficar na terra o tempo todo, não deve pagar imposto, brasileiro é que devia pagar imposto porque tomou nossa terra. É nosso direito ficar na terra. Eles querem emancipar nós, mas não é para melhorar, é para piorar. Se fosse para a gente depois ficar como presidente da Funai, está certo, mas não é. Índio não é criança, mas esse negócio aí dessa emancipação é ruim. Eu acho que todo mundo é emancipado, tem que se emancipar, mas não é para tomar nossa terra. É para viver melhor. As mulheres, elas também têm que se emancipar. Vive igual índio, tutelado do marido, tem que se emancipar mas tem que cuidar dos meninos, não pode deixar isso. A gente não pode deixar de ser índio. Eles vão morrer, vão ficar com muita raiva, mas a gente vai ser índio. Acho que esse negócio de emancipação é muito ruim mesmo, porque se fosse bom, Funai não fazia tanta briga para emancipar. Funai nunca faz briga quando é para coisa boa de índio. Quando brigam muito, pode ver, é coisa ruim para índio. Eu acho graça, porque eles pensam que índio ainda acredita neles. Índio não é besta não, não acredita mais na Funai. A gente sabe quando eles mentem, mas a gente ainda espera.

FUNAI

Fica todo mundo trabalhando aí, ganhando dinheiro para dizer que está cuidando de índio. Não é verdade. Eles não gostam de receber índio, gritam com a gente quando a gente vai ver os nossos direitos. Eles têm que pensar que no dia em que os índios se acabarem, eles não têm mais emprego. Esse dinheiro que eles ganham, é dinheiro dos índios. Eles só trabalham porque tem índio. Eles se aproveitam disso, têm carro, casa boa. O que é que índio tem? Nada, eu não tenho nada. Eles não conhecem comunidade, não conhecem costume nosso, não sabem falar língua nossa, ficam aí sentados o dia inteiro fazendo coisa contra índio. Roubando coisa de índio, a nossa terra. Eles roubam e não vão para cadeia, como a doutora Laia (advogada Laia Mattar Rodrigues, indiciada em processo de corrupção por ter participado da venda de 80 mil hectares de terra dos xavante de Pimentel Barbosa), roubou e está aí, toda feliz, ainda está mais importante, trabalha no Ministério do Interior. É assim. Podiam até fechar a Funai que não faz falta para índio. Esse coronel (Nobre da Veiga, ex-presidente da Funai) não gosta de índio. Então por que vai trabalhar na Funai, só para ficar rico? Ele grita com índio, não aprende direito, vive zangado. O que ele tá fazendo? Nada. Ele só tira terra dos índios, censura quem é amigo dos índios, briga com todo mundo que quer ajudar nós. Ele perdeu, eu fui para o Tribunal Russell. Ele não queria que eu fosse para eu ficar calado, para eu não contar para todo mundo que maldade estão fazendo com os índios. Ele ficou irritado porque eu fui para o tribunal. Eles pensam que podem esconder as coisas ruins que fazem com os índios. Não podem esconder. Aí eles ficam com raiva porque eu viajo e conto para todo mundo as maldades que eles fazem. Eu visito todos os índios, em todo lugar. Aí eles querem me tirar da liderança, fazem campanha dentro da aldeia para eu não ser mais chefe. Mas eles não podem fazer isso. É diferente com os índios, a gente não tira os chefes assim como os brancos. Foi o coronel Anael (**coronel Anael Gonçalves, assessor da Funai**) para me tirar de ser chefe. Acho que eles não conseguem. Mas se a comunidade quiser que eu saia, eu saio, mas eu vou continuar contando as coisas dos índios. Acho que eles queriam até que eu morresse, aí eles podiam fazer tudo que é maldade.

MISSIONÁRIOS SALESIANOS

Eles fazem tudo que a Funai quer. Agora acho que eles não prestam. Ensinam a gente a rezar, todo português chegou aqui ensinando rezar, mas foi ficando com nossa terra, roubando nossas coisas, matando gente. Para que ensinam a rezar, só para índio ficar besta, não brigar. Tem uns padres que são bons, mas eles são poucos. Vê o que eles fazem lá com o pessoal do Álvaro (**Álvaro Moreira do grupo tukano, do Alto Rio Negro**), ensinam a rezar, tiram a língua do índio, ensinam português, mas estão deixando as meninas saírem para trabalhar em Manaus e depois ficar com doença de branco porque ficam prostitutas. Muito antes deles ensinarem rezar eles deviam lutar por nós, ver os nossos direitos. Eles fazem tudo mesmo que a Funai quer. Parece criança, não sabem pensar sozinhos.

TRIBUNAL RUSSELL

Ninguém queria que eu fosse. Fizeram campanha, mas nossa campanha foi melhor. Agora eu quero saber para que foi esse tribunal. Aqui parece que ninguém respeita nada. Eu ainda não vi o resultado. Foi bom ir para o tribunal. Em todo lugar, índio está igual, todo mundo roubando índio, parece mesmo que índio não é gente igual a branco. Todo mundo falou no tribunal que índio está perdendo terra. Branco pensa que é dono de tudo, vai chegando, tomando terra, tomando mulher, vai levando tudo. Só deixa terra ruim para índio. Mas eu vou dizer, índio é igual branco. Não é todo mundo filho de Deus? Índio é até melhor do que branco porque branco sempre pensa em passar por cima do seu irmão, não respeita nada, vai sujando tudo, terra, os rios, tudo. Onde branco chega, depois tem sujeira. Eu queria ver as leis dizerem que branco é melhor do que índio. Mas eu já estou cansado, mas não vou parar agora. Eu sei que eles querem aproveitar de mim, mas não vou deixar. Todo dia estão falando de mim, mas é porque eu denuncio coisas ruins dos brancos e acho que só vou acabar de falar quando estiver bem velhinho, quando morrer. Aí cacique Mário Juruna não vai falar mais. Aí eles vão gostar".

Poemas do "Romanceiro de Amuia"

de Kátia Bento

CUNHANTÃ CUNHAMUCU CUNHÃ – SUBITAMENTE

De amuia tapuia,
puri da paisagem
de paz pindorama

O Bento Barbudo
(jamais amuia)
fez logo cunhã.

Fez fêmea a menina
lacada com a crina
do mal feito nó.

Se depois dela fez noiva
deu-lhe anéis como antes dera
dum algema de ódio –
se depois fez dela, esposa,
mãe e depois bisavó,

nada perdoa o feito
malsão Capitão-do-Mato
castrador da inocência
da Pátria-Mãe. Nada lava
seu ato de covardia
: Barbudo, jamais amuia.

BENDITO
(CANTO DOS CANTOS NATIVOS – EM LOUVOR E MEMÓRIA)

Bendito seja o Amor
: Primeiro Amor, Paz, Amuia,
flor da nasia em minha veia.

Abençoada te trago
no pensamento e te encontro
criança em minha memória –

Atada que estás ao atares
o fio oh! do rio
– alfaias cor de capim

DA PRIMEVA LIBERDADE
NO MAIS PROFUNDO DE MIM.

JURAMENTO SOBRE O BRASÃO DO SANGUE

Juro por toda ira
que em sonho presenciei –
Juro por todo ódio
visto no olho de cobra –
Juro agora e no instante
que dela e de mim se foi –

Que essa menina ofendida
toubada do fio d'água –
Que essa menina que há pouco
alisava meus cabelos –
Que essa criança que eu concha
me dava as mãos cheias d'água
com gosto de mel e leite –

JAMAIS ME SERÁ TIRADA.

QUE O FIO DESSE RIO
COSTURADO EM MINHA PELE
COM QUE ELA ME BATIZOU
CIRCULARÁ NO MEU PULSO
SE CRAVARA NO MEU SANGUE.

QUE MORRO COM O CIPÓ VIRGEM
FERINDO EM CHAGA MEU CORPO
AMARRAS EM MINHA BOCA
COMO NA PELE DE FRUTA.

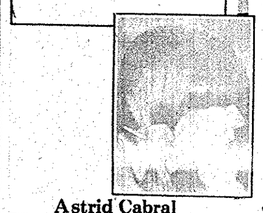
Puri e pura tapuia,
das mãos em cuia, manchetes
de água – leite primeiro –
eu juro que tê carrego
no mais profundo de mim.

Juro o que venho jurando
desde quando enfim cheguei
após secas, magras safras,
outonais membembes matas –
úmã das folhas da lenda
de todo verde de hera
na estação da Primavera.

No tempo dos tais milhares
de luares sucedidos
no setembro que me trouxe
do nosso encontro a luz
deste tempo além da fonte.

Juro o que venho jurando
pedindo-te sempre bênçãos
levando-te em minha imagem
trazendo-te em meus cabelos
em minha pele – em tudo
que há em mim do tudo
Enquanto o amor é o mesmo

PORTO SEGURO 1980



Astrid Cabral

Ainda colares e cocares
mas os ares e os mares
já não são aqueles
de enfunadas caravelas
vencendo calmarias.

Nem as terras aquelas
da epístola de Caminha.

Há petróleo nas ondas
e raros os pássaros
voam na floresta rala
semeada de caieiras.

Escassas as araras
de arco-íris nas asas.

Escassos os peixes
nas auroras de redes.
Sobreviventes, os Pataxó
são as vítimas vivas
da ambição dos avós
corsários que nem outros
a repartir o mundo novo
em tordesilhas fatias
e abocanhar terras e rios
sangue jorrando em guerras
canhões como flechas.

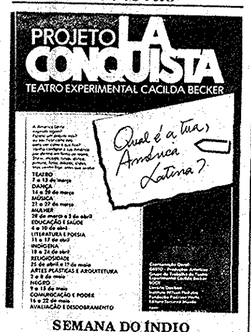
Hoje, mantemos a tradição
ao comprar turísticos tacapes
mais arcos para o enfeite
de burguesas paredes.

Por minguados caraminguás
caiambás arrebatamo-lhes
as derradeiras penas
que não mais lhes cobrem
a antiga nudez gloriosa
os corpos já sombrios
vestidos de miséria.

Então me cubro de penas
outras que as das aves:
as do tardio e vão remorso
com que atávica me visto
nesta hora de destroços.

Mural

Notícias



SEMANA DO ÍNDIO

Nosso Suplemento de hoje presta uma homenagem ao índio brasileiro:

"Dirigimos por escrito ou pessoalmente os nossos sofrimentos para que saibam de nossa situação". Terêncio Luís Silva — Tuxaua Makuxi (Carta aberta das nações indígenas de Roraima).

NOSSAS FALHAS

A matéria publicada no nº 85, de 10.04.83, "Antecipação de tempos ruins", é de autoria do crítico Antônio Hohlfeldt. Seu nome não foi publicado devido a um lamentável engano da diagramação.

LENA CASTELO BRANCO NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

A profa. Lena Castelo Branco Ferreira Costa foi indicada pela ministra da Educação e Cultura, Esther de Figueiredo Ferraz, para o cargo de diretora geral do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Lena è natural de Parnaíba (Piauí), professora titular do Dep. de Geografia e História do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás e Membro do Conselho Federal de Educação.

Tive o prazer de trabalhr com a profa. Lena durante vários anos, como sua secretária no ICHL da UFG e, depois, como assessora para assuntos do Conselho Federal de Educação: aprendi muito com ela e aprendi principalmente, além do que me veio da intelectual, um grande humanismo, uma extensa dignidade. Quem pensa que ela é uma radical por causa do nome, está enganado. Goiás se orgulha pela sua indicação. Eu me alegro pela cara amiga.

GILBERTO: SÉTIMA EDIÇÃO!

Acaba de sair pela Editora Vozes, a 7ª edição do livro **Vanguarda Européia e Modernismo Brasileiro**, de Gilberto Mendonca Teles.

SANATAN EXPOE

Será no dia 28, às 21 horas, na Casa Grande Galeria de Arte a exposição de pinturas de Sanatan. Vejamos o que Siron diz sobre sua obra:

"Após incursionar pela cenografia de televisão, teatro, exercitar-se em decoração e passar por uma fase denominada místico-filosófica em que mostrava o homem na sua angústia existencial tentando compreender o cosmos à sua volta, é na paisagem que Sanatan encontra a sua verdadeira identidade. Por sua temática e domínio técnico é fruto de laboriosa pesquisa, é sem dúvida o introdutor do naturalismo em nossa região. Os registros da nossa realidade paisagística mostrados por Sanatan refletem a humildade da natureza à espera do seu maior predador, o homem".